

DISCURSO, METALINGUAGEM E REPETIÇÃO

Fabio Elias Verdiani Tfouni (*)

Resumo: o objetivo deste artigo é argumentar que a interpretação do analista de discurso é diferente da do leitor comum. O analista se vale de um dispositivo de interpretação, enquanto que o leitor comum se vale apenas da língua e da ideologia. Guiado pela língua e pela ideologia apenas, o leitor comum é aprisionado numa compulsão à repetição. Apresentaremos alguns indícios que apontem para uma diferença entre o controle exercido pelo analista, e o exercido pelo leitor comum.

Palavras chave: discurso; análise; interpretação; metalinguagem; compulsão; repetição.

Partimos da noção estabelecida por Orlandi (1996), segundo a qual o que diferencia a interpretação do analista de discurso, da interpretação do sujeito comum, é, que, a do analista é baseada não somente na ideologia que o afeta. O fundamental na interpretação do analista é que ela é baseada num dispositivo de interpretação. Não sabemos dizer se esse dispositivo pode ser considerado uma metalinguagem, o que implicaria discutir, os efeitos, na interpretação do analista, de que seu dispositivo é uma metalinguagem. Neste artigo colocamos algumas afirmações de Arrivé (1994), que podem contribuir para resolver se o dispositivo analítico é ou não, metalinguagem. No entanto não temos uma resposta definitiva.

Nosso objetivo é afirmar que a interpretação do analista desloca os sentidos, revela sentidos supostamente ocultos e, o mais importante para esse trabalho: desautomatiza a leitura.

Ao mesmo tempo, queremos mostrar que a interpretação do leitor comum é totalmente diferente. Apoiaremos-nos na discussão de Arrivé, que afirma que para que haja metadiscorso, não é preciso metalinguagem, mas apenas a língua. Se esta afirmação de Arrivé está correta, então o leitor comum, ao interpretar vale-se apenas da língua e da ideologia. Valendo-se apenas disso, ele cai numa espécie de

(*) Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa pela UNESP - Araraquara. Professor de Lingüística da FFCLNSA – Sertãozinho.

compulsão à repetição, de modo que se a análise do analista desautomatiza o discurso, o leitor comum é levado pelo automatismo.

Vamos ver então, como o analista interpreta. Tem-se dito que a tarefa do analista é compreender o discurso. Como a AD critica o conteudismo, vale dizer que compreender não é “dar um sentido”, pois isto seria dar um conteúdo, seria estar no imaginário, seria continuar na ilusão objetiva. Enfim, “dar sentido” seria dizer que compreender um texto é equivalente a revelar seu conteúdo.

Para a AD, compreender um texto não é entender seu conteúdo, mas compreender os mecanismos de produção. Com isso, tentar-se-ia saber por que uma frase X foi dita num contexto Y. Talvez compreender um texto seja descobrir o que o motiva.

Para sabermos o que faz o analista, cabe perguntar: Por que existe a figura do analista? O que o diferencia do leitor comum?

Orlandi(1996) afirma que há uma diferença entre a leitura do analista e a do leitor comum. A do analista seria determinada pelo dispositivo teórico e a do leitor comum pelo dispositivo ideológico. Diz a autora:

A primeira distinção que estamos propondo separa a) o gesto de interpretação do analista que se dá no apoio de um *dispositivo teórico* e b) o gesto de interpretação do sujeito comum que se dá em um dispositivo ideológico com seu efeito de evidência. Esse efeito é o que nega a interpretação no momento mesmo em que ela se dá (1996, p.84).

O analista não é neutro. Com efeito, ele também é atravessado pela história, pela ideologia e por formações discursivas (FDs). Daí, que a busca de controle por parte do analista é diferente da busca de controle do sujeito comum. Cabe ao dispositivo analítico, e não à ideologia, guiar o analista. Já o controle buscado pelo leitor comum, tem como base uma compulsão à repetição, como veremos adiante. Diz Orlandi (1996, p.85): “Com isso não pretendemos estar supondo uma posição neutra do analista em relação aos sentidos. Não só ele está sempre afetado pela interpretação, como um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras.”

O dispositivo teórico teria a capacidade de trabalhar a ideologia e a interpretação, de modo que mesmo atravessados pela

ideologia, dispositivos teóricos diferentes levam a leitura e a interpretação para lugares diferentes.

Orlandi (ibid., loc.cit.) diz que o analista não está nem acima do discurso e nem além do discurso. Ele está deslocado: “É no entanto a possibilidade de contemplar o movimento de interpretação que caracteriza a posição do analista. Nem acima, nem além do discurso, mas deslocado.”

A maneira de levar em conta o fato de que o analista é afetado pela própria interpretação é a de, ao se realizar a análise, que se leve em conta a interpretação do próprio analista, não a apagando, mas trabalhando-a.

Uma diferença entre a leitura do analista e a do sujeito comum é que o analista leva em conta a opacidade da linguagem, e o sujeito comum não.

Interpretar um texto não é julgá-lo transparente, nem julgar que há realidade do pensamento. Não é saber, de antemão, o sentido do texto. Sabendo que o texto é opaco, o analista se coloca em uma situação investigativa, na qual não sabe, de antemão, o que vai encontrar.

O intérprete deve estar consciente de que ele é dominado pelo interdiscurso, de modo a poder descentrar-se, saber que não é o centro, não é o dono de si mesmo, o que permite fazer uma análise “livre” das ilusões do imaginário.

O sujeito comum tem a ilusão de que é a origem de seu pensamento, e que o texto é unívoco. Assim, ele não se expõe à opacidade do texto, o que ele faz é refletir a interpretação, imaginando o sentido “já lá”.

Onde o sujeito vê a univocidade, o analista insiste na heterogeneidade.

O trabalho do analista não é o de esconder sua determinação ou equívoco, mas, ao contrário, de assumi-la, isto seria expor-se à opacidade – olhar frente a frente para o fato de que a nossa interpretação não é livre e não tem origem em nós mesmos.

Para a AD, a história afeta o discurso. Esta seria uma noção que deveria guiar o analista. Mas compensando isso, a AD almeja uma análise não subjetiva. Isto seria uma forma de garantir que a análise

não seria descontrolada, mas, ao contrário, teria parâmetros a serem seguidos.

[...]o procedimento da AD constitui o esboço de uma análise não subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa a ilusão do efeito-sujeito (produção/leitura) e que retorna ao processo discursivo por uma espécie de arqueologia regular (PÊCHEUX & FUCHS, 1993.,p.170).

A necessidade de controle se vê, também, na manipulação da língua pelo analista. A língua é considerada o lugar material onde os efeitos de sentido se realizam. Deve-se manipular o sistema de regras do léxico da língua de modo a evitar considerações semânticas incontroladas. Pêcheux e Fuchs (ibid.,p. 172) afirmam:

[...] a tarefa do lingüista consistiria em caracterizar e em tornar manipuláveis esse léxico e esse sistema de regras evitando-se aí de fazer intervir considerações semânticas incontroladas, já que isto seria justamente cair de novo no efeito subjetivo da leitura.

A língua tem certas regras, a saber, o jogo significante, a sintaxe, que afetam o efeito de sentidos, ou seja, o funcionamento da língua afeta os sentidos e tem também um papel semântico. A respeito disso, dizem Pêcheux e Fuchs (ibid.,p.173): “Tudo se passa como se a análise morfossintática colocasse necessariamente em jogo elementos que temos o hábito de denominar semânticos.”

Esta seria uma maneira de compreender o processo de produção do discurso ao invés de seu conteúdo: demonstrar como, em cada discurso, a língua funciona, de modo a construir certos efeitos de sentidos.

Como pretende compreender os processos, a AD aproxima-se da psicanálise, na medida em que ambas levam em conta o funcionamento da língua como produtora de sentido. Com isso, uma boa maneira de analisar seria, talvez, levar em conta a flutuação do significante.

Uma das tarefas da AD é compreender a ideologia. Esta é considerada como inconsciente. Conforme Pêcheux e Fuchs (ibid., p.177):

Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque (tendo ao mesmo tempo, como objeto o próprio processo discursivo e o interdiscurso, ao qual ele se articula por relações de contradição, de submissão ou de usurpação) é de natureza inconsciente no sentido que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma (e não somente distraída, escapando incessantemente a si mesma...).

Não pretendemos resolver aqui a questão do que pode ou não ser recuperado pelo analista, mas parece que quando Orlandi (1996) afirma que o analista não está além do discurso, aponta um caminho para a questão. Talvez, o analista só possa recuperar o que é disponível pela história. O analista também encontra um limite, ou seja, parece que o analista não atinge o não-formulável. A esse respeito dizem Pêcheux e Fuchs (ibid., p.177):

Utilizando aqui a terminologia freudiana que distingue, por um lado, o pré-consciente-consciente e, por outro lado o inconsciente, não pretendemos de modo algum resolver a questão da relação entre ideologia, inconsciente e discursividade: queremos apenas caracterizar o fato de que uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo *por aquilo que aí é estritamente não formulável, já que a determina.*

Ainda sobre a distinção feita por Orlandi, entre a interpretação linguageira do sujeito comum e a interpretação do analista do discurso, retomemos a noção de que a interpretação do sujeito comum é puramente ideológica e é referida a uma formação discursiva. A interpretação do analista também é ideológica, mas sua diferença em relação à interpretação do sujeito comum é que ela é marcada por um dispositivo de interpretação (fazendo com que sua interpretação não seja inteiramente marcada pela ideologia).

Mostraremos agora, o ponto de vista de Arrivé (1994), que conclui que para haver metadiscurso, basta a língua. Todavia, a língua basta para o leitor comum, e não para o analista. Sustentado apenas pela língua e pela ideologia, o leitor comum cai no automatismo.

A tese psicanalítica, segundo a qual “não há metalinguagem”, não impede a atividade da análise do discurso (AD). Arrivé argumenta

que acabar com a metalinguagem é acabar também com a linguagem-objeto. Isto leva ao fato de que uma vez que há linguagem, há metalinguagem. Diz Arrivé (1994, p.117): “denegar a existência da linguagem objeto é de roldão denegar a existência da metalinguagem.”

Adiantando desde já, uma possível solução para questão da metalinguagem, trazemos o próprio Lacan:

Toda linguagem implica uma metalinguagem, ela já é metalinguagem de seu registro próprio. É porque toda linguagem é virtualmente para traduzir que implica metáfrase e metalinguagem, a linguagem falando da linguagem (apud ARRIVÉ, 1994, p. 125).

Arrivé comenta, no início de seu texto, como é desagradável que se coloque em dúvida a própria existência. É assim que muitos lingüistas encaram a tese de que não há metalinguagem. Após comentários sobre a (de)negação, o autor comenta metalinguagem, metalíngua e metadiscurso, dizendo que o que se aplica à linguagem, à língua e ao discurso não se aplica necessariamente aos três primeiros.

Subitamente, após comentar esses termos o autor diz resolver o problema da metalinguagem. Para ele, denegar a metalinguagem é precisamente, supor a existência dessa metalinguagem, uma vez que ao afirmarmos que “não existe metalinguagem” estamos necessariamente afirmando aquilo mesmo que queremos negar. Assim Arrivé (1994, p.116) cita Benveniste:

A característica da negação lingüística é que ela só pode anular aquilo que é enunciado, que deve estabelecer implicitamente para suprimir, que um julgamento de não-existência tem necessariamente também o estatuto formal de um julgamento de existência.

Parece haver um paradoxo na afirmação de que não há metalinguagem, como diz Arrivé: “Assim, a própria proliferação da expressão ‘não há metalinguagem’ constituiria um ato metalingüístico, e teria como resultado, por sua própria enunciação contradizer o seu enunciado!” (ibid., p.117).

Trata-se, para o autor, de entender o mecanismo da negação, sem a qual não é possível conceber linguagem: “O essencial é que o estatuto metalingüístico da negação o exclui da linguagem-objeto,

imediatamente denegada sob o efeito dessa exclusão: como conceber uma linguagem sem negação?” (ARRIVÉ, 1994 p 117).

Termina aqui, nossa discussão sobre a metalinguagem. No momento, ficamos com a constatação de que a linguagem, como diz Arrivé, supõe uma metalinguagem. No entanto, não cabe inferir quais as conseqüências disso para o analista de discurso. Acreditamos que, esse trajeto serviu ao menos, para chegar ao ponto que agora nos interessa: o da língua como condição do metadiscurso.

Arrivé (ibid., p.116) afirma que a condição de haver metadiscurso não é a metalinguagem, mas a língua. No nosso entender, isto se aplica apenas ao leitor comum:

Pois à primeira vista parece que não há discurso sem língua nem, portanto, metadiscurso sem metalíngua. É aí que o paralelismo se interrompe. Sem língua, não há discurso: todos concordam. Mas quanto ao metadiscurso, pode subsistir sem metalíngua. Basta que se dê como sistema ... a própria língua.

O fundamental é que um enunciado de um sujeito comum é submetido a uma formação discursiva; assim estamos dizendo que há ordem no discurso do sujeito comum e, com a ordem, vem a compulsão à repetição.

Mas o que é ordem? Eis Bauman (1988, p.7):

Ordem é uma espécie de compulsão à repetição, que quando um regulamento foi definitivamente estabelecido, decide quando, onde e como uma coisa deve ser feita, de modo que em toda situação semelhante não haja hesitação ou indecisão.

A compulsão à repetição, na AD, se refere a enunciados supostos, que o sujeito comum segue como mandamentos. O objetivo da Ad é desautomatizar os sentidos. Essa desautomação é feita analisando-se por exemplo o efeito do já-lá, e o pré-construído. Esses pré-construídos podem até ser sintaticamente pré-determinados.

Trata-se enfim, de questionar qual a diferença entre a necessidade de controle do analista e a do leitor comum. O controle de ambos se apóia no tripé “ordem, beleza e limpeza”, apontado por Freud (1995). Nosso argumento é que o controle é uma necessidade básica da civilização. Assim, para controlar a interpretação, o analista

tem o dispositivo de interpretação, mas o leitor comum, somente a língua e a ideologia.

Devemos notar que o sentido de ordem vem junto com a noção de civilização (segundo opina FREUD, 1995).

Bauman (1998) afirma que a ordem é um ganho para a civilização. O autor segue os passos de Freud em “O mal estar na civilização”. Ele diz que o raciocínio de Freud vai no sentido de que “Se se ganha algo, se perde algo”. Assim, à custa da ordem, os instintos humanos devem ser reprimidos. Diz Bauman (ibid., p.8): “O homem civilizado trocou um quinhão das suas possibilidades de felicidade por um quinhão de segurança.”

Assim, a modernidade é marcada por um excesso de ordem e uma escassez de liberdade. Isto deve indicar que a análise deve ser controlada, como diz Orlandi (1996). Talvez não em excesso, mas controlada.

Sabemos que, no início, a Análise do Discurso pretendia controlar os discursos com uma maquinaria de análise perfeita, que daria conta de grandes quantidades de dados. Tentou entender discursos como blocos monolíticos de significação, num momento em que nem se pensava em heterogeneidade. O texto referência, aqui, é o de Pêcheux, “Análise Automática do Discurso”, no qual o autor propõe regras de projeção automáticas. Surgem, depois, as noções de que as formações discursivas são heterogêneas, logo, de que não são blocos monolíticos, mas ainda carregam um sentido de limitações da zona de sentidos; num terceiro momento, Pêcheux quebra essa camisa de força teórica, introduzindo o conceito de *acontecimento*, ao lado da noção de *deriva*. Desse modo, na AD atual, não há mais um centro (sentido dominante) e suas margens, visto que se considera que todo enunciado pode vir a ser outro; a ter outro sentido. Portanto, no início, havia mais ênfase na questão do controle em Pêcheux, do que no final de sua obra. Apesar disso, um mínimo de ordem permanece.

Sobre a ordem já falamos algo, mas a beleza e a limpeza são atributos mais importantes do que se imagina. A todo momento fazemos juízos sobre a limpeza, atributo este que não deixa de ter ligação com a ordem. Limpeza é ordem no sentido de que a sujeira é o fora de lugar.

Seria interessante questionar se o sujeito comum, não está à serviço dos fundamentos da civilização apontados por Freud (1995), uma vez que se pode pensar que o objetivo de uma análise é colocar o sentido no lugar certo, aplicando a idéia de ordem e limpeza. O objetivo de uma análise é separar o limpo do sujo, separar as interpretações pertinentes das infundadas (mesmo que “pertinente” e “infundada” signifique uma coisa para o analista, e outra para o leitor comum).

Sobre o automatismo do simbólico é fundamental afirmar que, para nós, assim como para Lacan, há autonomia do significante, ou seja, o simbólico funciona a despeito do significado. Para entrar nessa questão, Zizek retoma Pascal e o comenta. Pascal (1973, apud Zizek, 1999b, p. 318) afirma que:

Pois não devemos nos enganar sobre nós mesmos: somos tanto autômato quanto mente. (...) As provas convencem apenas a mente; o hábito fornece as provas mais sólidas, e aquelas em que mais se acredita. Ele dobra o autômato, que inconscientemente leva a mente consigo.

Acreditamos em coisas externas a nós, antes que qualquer juízo consciente possa ser proferido. “Aja como se acreditasse, e a crença virá por si só”¹. Trata-se de puro jogo combinatório, de pura letra morta. A compulsão à repetição funciona, para nós, à maneira do autômato pascaliano. Sobre isso diz Zizek(1999b, p.321) afirma que:

A externalidade da máquina simbólica (“autômato”), portanto, não é simplesmente externa: é, ao mesmo tempo, o lugar em que o destino de nossas crenças internas, mais sinceras e íntimas é encenado e decidido de antemão. Quando nos sujeitamos à máquina do ritual religioso, já acreditamos sem saber; nossa crença já se materializa no ritual externo; em outras palavras, já acreditamos *inconscientemente*, pois é a partir desse caráter externo da máquina simbólica que podemos explicar o *status* do inconsciente como radicalmente externo - o de uma letra morta e não compreendida. Esse curto-circuito entre a crença íntima e a ‘máquina’ externa constitui o núcleo mais subversivo da teologia pascaliana.

¹ Essa frase serve para resumir, num enunciado curto, o pensamento de Pascal.

Referências

ARRIVE, M. *Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. São Paulo: Edusp, 1994.

BAUMAN, Z. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREUD, S. *O mal estar na civilização*. Obras psicológicas completas. Vol XXI Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LARROSA, J. Os paradoxos da repetição e da diferença: notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, M. (Org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999a.

Bibliografia consultada:

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 4.ed. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1998. 439P.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Ed. Pontes, 1991.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Trad. Sírio Possenti Manuscrita. 1993.

MILNER, J-CL. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PASCAL, B. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PÊCHEUX, M. (1993) Análise Automática do Discurso. IN: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). *Por Uma Análise Automática do discurso: Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

TFOUNI, F.E.V. *O interdito como Fundador do discurso*. Mestrado em Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, Unicamp, 1998.

ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 197p.

ZIZEK, S. Introdução: o espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999b. p.7-38.